

30. APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA – IGREJA EVANGÉLICA METODISTA PORTUGUESA – ARTº 75º, Nº 3 ALÍNEA D) DO RPDMB:

Do **Sr. Vereador Miguel Bandeira**, com a área de responsabilidade do Urbanismo, propondo a aprovação pelo Executivo Municipal, do processo respeitante à legalização de obras de alteração e ampliação e emissão de alvará de edifício constituído por um piso abaixo da cota de soleira e três acima, atualmente destinado a Estabelecimento de Apoio Social, com as valências de “Creche”, “Centro de Atividades de Tempos Livres” (CATL), “Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e “Estabelecimento de Educação Pré-Escolar- Jardim de Infância” com “Espaço de Jogo e Recreio”, situado na Travessa Dr. Francisco Machado Owen, nº 45 – S.Vitor-Braga, conforme projeto de arquitetura apresentado, nos termos da alínea d) do nº 5 do artº 75º do Regulamento do PDM, em que é requerente a **Igreja Evangélica Metodista Portuguesa**, tudo conforme informações técnicas constantes do processo.

Antecedentes processuais n.ºs 1533/1992 e 11750/1998

Processo n.º285/2014

Registo E/32521/2021

Requerente: Igreja Evangélica Metodista Portuguesa

Local da Obra: Travessa Dr. Francisco Machado Owen, n.º45 – S. Vitor

Assunto: Legalização de obras de alteração e ampliação e emissão de alvará

Resposta ao ofício n/ ref.ª12568/2021 de 20.05.2021

Técnico responsável: 

[Handwritten signature]
210804
[Handwritten signature]
DH

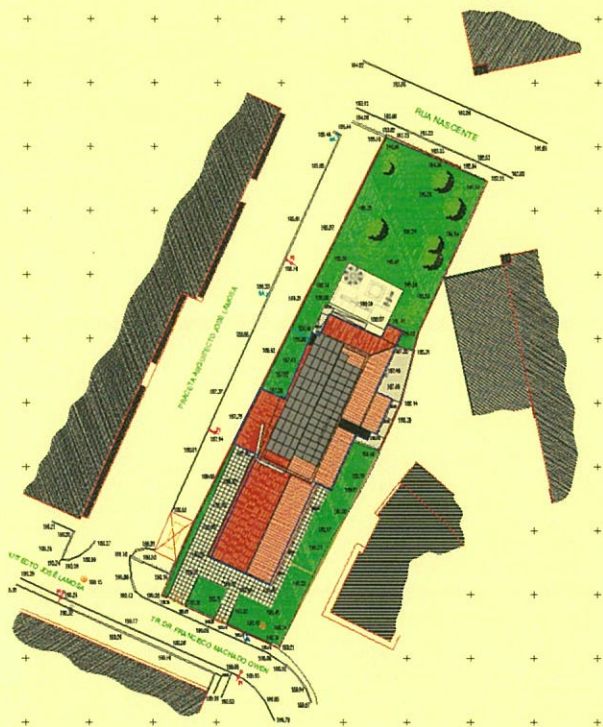
Informação: 45444

Data: 15/07/2021

1. Caracterização do pedido

1.1. Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, vem, através de requerimento submetido online em 12.07.2021 registado sob o E/32521/2021 apresentar documentação que visa dar resposta ao teor da informação 31247 de 14.05.2021, transmitida através do ofício n/ ref.ª12568/2021 de 20.05.2021, para efeitos do disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo na sequência da intenção de indeferir o pedido apresentado em 13.05.2021 registado sob o E/21792/2021.

1.2. A operação urbanística submetida a licença administrativa conforme artigo 4.º, n.º2, alínea c), do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, com as especificidades estabelecidas pelo artigo 102.º-A desse diploma e pelo Artigo B-1/20.º do Código Regulamentar do Município de Braga, visa a legalização de obras de alteração e ampliação e emissão de alvará de edifício constituído por um piso abaixo da cota de soleira e três acima, atualmente destinado a Estabelecimento de Apoio Social, com as valências de “Creche”, “Centro de Atividades de Tempos Livres” (CATL), “Serviço de Apoio Domiciliário” (SAD) e “Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Jardim de Infância” com “Espaço de Jogo e Recreio”, face ao licenciado pelo alvará de autorização de utilização n.º595, emitido em 23.09.1992, destinado a “Salão Polivalente, Infantário e Templo da Igreja Evangélica Metodista” e posterior alvará de autorização de utilização n.º329, emitido em 25.11.2005, destinado a “Ampliação do Edifício da Igreja”.



Extrato do Levantamento topográfico – Registo E/21792/2021



Imagem de satélite – Google Earth Pro

1.3. O edifício localiza-se em terreno descrito na 1.^a Conservatória do Registo Predial sob o n.º391/19890112 e inscrito na matriz urbana n.º5523-P com a área total de 1.588,00m².

2. Instrução

O processo está corretamente instruído.

3. Legislação aplicável

3.1. Atividades de apoio social - Decreto-Lei n.º64/2007, de 14 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º99/2011, de 28 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º33/2014, de 4 de março - *Define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, em que sejam exercidas atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social, estabelecendo ainda o respetivo regime sancionatório.*

3.2. Educação Pré-Escolar - Despacho Conjunto n.º268/97 de 25 de agosto - *Define os requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar.*

3.3. Espaço de jogo e recreio

3.3.1. Decreto-Lei n.º309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação, diploma que *regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos.*

3.3.2. Decreto-Lei n.º203/2015, de 17 de setembro, diploma que publicou o *regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto.*

4. Pareceres de Entidades Externas:

4.1. Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)

Ofício ref.ª NPGI de 08.02.2018 – “(...) *parecer técnico favorável para uma capacidade de 42 utentes em creche, 25 utentes em CATL (20 ut (clássico ou EHIL) + 5 ut (EHIL)) e 40 utentes em SAD, porquanto se encontram observadas as condições técnicas legalmente estabelecidas para a instalação e funcionamento da resposta social em causa, concretamente das normas que dispõem sobre a estrutura orgânica do edificado.*”

4.2. Direção Regional de Educação do Norte (DREN)

4.2.1. Ofício ref.ª05610 de 25.07.2002 a autorizar a abertura de sala de Educação Pré-Escolar.

4.2.2. Ofício ref.ª12128/2021/DSRN-EMAP-UACAOE de 14.05.2021 – **Parecer favorável condicionado**

“(...) *atendendo a que se trata de um estabelecimento em funcionamento ao abrigo do Acordo de Cooperação para Educação Pré-Escolar, informa-se V. Ex.ª de que as instalações propostas reúnem as condições mínimas para este tipo de instalação, de acordo com as normas regulamentares definidas no Anexo n.º2 do Despacho Conjunto n.º268/97 de 25 de agosto – Educação Pré-Escolar, considerando-se, deste modo, o projeto merecedor de parecer favorável.*

Assim, solicita-se a V. Ex.ª que seja comunicada a esta Direção de Serviços da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a data de conclusão das obras de requalificação / ampliação, no sentido de ser agendada uma vistoria às instalações para aferição complementar e conclusão do processo.”

4.3. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

4.3.1. Ofício ref.ªOF/32793/CDOS03/2015 de 27.11.2015 - **Parecer favorável** sobre o projeto de segurança contra incêndio do edifício.

4.3.2. Processo n.º1121509 – Pedido 40797/2021 – Espaço de Jogo e Recreio – Arca de Noé – Notificação de **Decisão Favorável**.

4.4. ARS Norte – Ofício ref.ª491/2019 de 09.08.2019 - **Parecer favorável**.

4.5. Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) - Certificado n.º45.32.0021/21 de 26.03.2021, a que respeita o espaço de jogo e recreio (parque infantil):

Ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro (replicado pelo Decreto-Lei 268/2009, de 29 de Setembro e alterado pelo Decreto-Lei 204/2012, de 29 de Agosto) o Instituto de Soldadura e Qualidade certifica que:¹

O Espaço de Jogo e Recreio:	Parque Infantil C.S.S. de Valdozende
Localizado em:	Braga
Sendo sua Entidade Responsável:	Centro de Solidariedade Social de Valdozende
Com sede em:	Travessa Dr. Francisco Machado Owen, 45, 4715-022 Braga

Cumpram os requisitos essenciais do Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivos equipamentos e superfícies amortecedoras de impacto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro.

Tendo satisfeito os ensaios e verificações regulamentares realizados em: 26-03-2021

Relatórios em anexo: 21.00015.45.32.2333.0001,21.00015.45.32.2333.0002,21.00015.45.32.2333.0003,21.00015.45.32.2333.0004,21.00015.45.32.2333.0005,21.00015.45.32.2333.0006

Informações complementares:

Este Certificado é válido por 3 anos.

Desde que a entidade responsável assegure uma manutenção regular e periódica da área ocupada pelo espaço bem como de todo o equipamento e superfícies de impacto, conforme requerido nos art.ºs 26 a 30 do Regulamento acima referenciado, incluindo nomeadamente a realização das inspeções anuais previstas nas normas EN1176.

A Entidade Responsável pelo Espaço de Jogo e Recreio deverá solicitar a inspeção de renovação do certificado até 30 dias da data de validade.

5. Enquadramento Urbanístico

5.1. No Plano Diretor Municipal publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º201, em 14.10.2015, através do Aviso n.º11741/2015 o terreno está classificado como **UI1 – Urbanizado – Equipamentos** condicionado pela UOPG 23 – Santa Tecla, possui acesso por arruamento urbano (via de acesso local) e localiza-se em Zona Mista na Carta de Sensibilidade ao Ruído.



Imagem SIG

5.2. As alterações a legalizar, face ao licenciado, estão sujeitas ao cumprimento das disposições e formalidades descritas no artigo 75.º do regulamento do PDM.

5.3. A memória descritiva justifica o cumprimento dos parâmetros urbanísticos estabelecidos no regulamento do PDM.

5.3.1. Admite-se a dispensa da dotação de estacionamento público e privado dimensionado de acordo com o artigo 106.º do regulamento do PDM ao abrigo do artigo 107.º, n.º1, alínea c), conforme justificado na memória descritiva.

6. Análise regulamentar

6.1. O projeto diferencia corretamente o licenciado pelos títulos identificados em 1.2. face às alterações a legalizar e reproduz de forma correta o edificado ao nível dos alçados, conforme fotografias e imagens de satélite.

6.1.1. Contactado o requerente, estes serviços foram esclarecidos que na casa das máquinas, contígua ao parque infantil, está instalada uma caldeira a gás natural cuja instalação foi certificada por entidade inspetora acreditada pelo IPAC conforme documento anexo ao registo E/32521/2021.

6.2. No registo E/32521/2021 consta termo de responsabilidade do autor do projeto que atesta a conformidade do projeto de arquitetura com os projetos que resultaram nos pareceres favoráveis das entidades externas consultadas.

6.3. A área do terreno medida sobre o ficheiro dwf corresponde à registada.

6.4. O licenciamento do “espaço de jogo e recreio”, cuja entrada em funcionamento depende do correspondente alvará de autorização de utilização após vistoria conjunta com a ANEPC, nos termos do diploma referido em 3.3.1., é incluído no mesmo processo.

6.4.1. O registo E/14298/2021 foi instruído com cópia simples da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida até 28.11.2021, por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano no valor de 362.000,00€, conforme artigo 31.º do Decreto-Lei n.º203/2015 de 17 de setembro.

6.5. A declaração de responsabilidade do autor do projeto, nos termos do n.º8 do artigo 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

6.6. O plano de acessibilidades com representação da rede de espaços e equipamentos acessíveis está acompanhado de termo de responsabilidade do respetivo autor que atesta que a execução da operação urbanística se conforma com o Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de agosto, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a câmara municipal fica igualmente dispensada da sua apreciação prévia de acordo com o artigo 3.º, n.º2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 9 de setembro.

7. Proposta

Face ao exposto propõe-se o **deferimento da operação urbanística condicionado à aprovação em reunião de câmara** conforme artigo 75.º, n.º3, alínea d) do regulamento do PDM.

8. Alvará de obras de edificação

Caso a operação urbanística seja aprovada em reunião de câmara, o processo pode seguir a tramitação devida à concessão do alvará de obras de edificação face ao termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção de fiscalização da obra anexo ao registo E/32988/2020.

9. Alvará de autorização de utilização do edifício e do Espaço de Jogo e Recreio

Após concessão da autorização de utilização do edifício nos termos do RJUE, dependente do cumprimento das condições de licenciamento estabelecidas pelas entidades externas, o interessado tem de requerer a vistoria ao “espaço de jogo e recreio” de acordo com o artigo 10.º, n.º3, do Decreto-Lei n.º309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação, a realizar em conjunto com a ANEPC, acompanhado do seguro descrito em 6.4.1. caso à data já tenha perdido validade.